

## BRASIL PARA QUE(M)?

*Hugo Rezende Henriques\**

**Resumo:** Pensar uma nação é ao mesmo tempo a reconhecer e disputar. Perceber o quadro geral de forças que constituem e digladiam pela brasilidade é uma tarefa que cabe unicamente à Filosofia do Estado, prenhe das contribuições científicas que a possibilitam. O presente artigo busca realizar uma leitura do Brasil em três momentos que seguem todos atuando e disputando, por si ou por prepostos, o sentido da verdadeira brasilidade. O Brasil em-si é uma nação de afetos e dor, um povo cujas riquíssimas tradições encanta e cujas agruras desperta interesse, seus projetos são de tímida projeção externa e um deixar-se a si na existência dos povos como tais. O Brasil para-si, por sua vez, é uma nação mercantil, intrépida e racional, bem como profundamente violenta, e cujos projetos se baseiam na manutenção da inserção brasileira numa ordem econômica mundial na qual nossa posição já está dada. O Brasil em-si-para-si emerge entre os dois primeiros, e é uma nação de paixões e alegria, um povo cujas tradições se amalgamam e reconectam incessantemente para o formar o novo, e cujos projetos são de garantia de um lugar para o Brasil no mundo por sua singularidade e altivez. Compreender em que medidas uma ou outra dimensão da nação brasileira conquista poder político e que tipo de projetos delineia para os futuros do nosso Estado parece um exercício essencial para tomarmos consciência das dinâmicas de poder centrais do Brasil e, eventualmente, nos posicionarmos de maneira consequente em face das demandas e perspectivas de cada uma delas.

**Palavras-chave:** Brasil; Nação; Darcy Ribeiro; Brasilidade; Filosofia do Estado.

## BRAZIL FOR WHAT/TO WHOM?

**Abstract:** To think about a given nation is to recognize and dispute it at the same time. To understand the general framework of power which constitute and fight for brasilianity is a task that belongs solely to the Philosophy of the State, enriched by all scientific contributions which allows it to do so. This article seeks to carry out a reading of Brazil in three moments that all continue to act and dispute, by themselves or by agents, the meaning of true brasilianity. Brazil in-itself is a nation of affections and pain, a people whose rich traditions enchants and whose hardships arouse interest, its projects are of timid external projection and a sense of leaving itself to the existence of its people alone. Brazil for-itself, in turn, is a mercantile nation, intrepid and rational, albeit profoundly violent, and whose projects are based on maintaining Brazil's insertion in a world economic order in which our position is already given. Brazil in-itself-for-itself emerges between the previous two, and is a nation of passions and joy, a people whose traditions amalgamate and ceaselessly reconnect to form the new, and whose projects seeks to guarantee a place for Brazil in the world for its uniqueness and pridefulness. Understanding the extent to which one or another dimension of the Brazilian nation conquers political power and what kind of projects it outlines for the future of our State seems to be an essential exercise for us to become aware of the central power dynamics in Brazil and, eventually, position ourselves accordingly in face of the demands and perspectives of each one of them.

---

\* Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. É doutor em Direito pela UFMG, mestre em Direito pela USP, Mestre em Biologia pela USP, bacharel em Direito pela USP e bacharel em Biologia pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4629-270X>. Contato: hugohenriques@ufu.br.

**Keywords:** Brazil; Nation; Darcy Ribeiro; Brazilianity; Philosophy of the State.

## ¿BRASIL PARA QUÉ/QUIÉN?

**Resumen:** Pensar en una nación es al mismo tiempo reconocerla y disputarla. Percibir el marco general de fuerzas que constituyen y luchan por la brasileñidad es tarea única de la Filosofía del Estado, preñada de los aportes científicos que la hacen posible. Este artículo busca realizar una lectura de Brasil en tres momentos que siguen actuando y disputando, por sí mismos o por agentes, el sentido de la verdadera brasileñidad. El Brasil en-sí es una nación de cariños y dolores, cuyas ricas tradiciones encantan y cuyas penurias despiertan interés, sus proyectos son de tímida proyección exterior y una forma de quedarse en la existencia los pueblos como tales. El Brasil para-sí, a su vez, es una nación mercantil, intrépida y racional, aún que profundamente violenta, y cuyos proyectos se basan en la manutención de su inserción en una orden económica mundial en la cual nuestra posición ya está dada. El Brasil en-sí-para-sí emerge entre los dos primeros momentos, y es una nación de paciones y alegrías, un pueblo cuyas tradiciones se amalgaman y se reconectan incesantemente para formar lo nuevo, y cuyos proyectos garantizan un lugar para el Brasil en el mundo por su singularidad y altivez. Comprender hasta qué punto una u otra dimensión de la nación brasileña conquista el poder político y qué tipo de proyectos traza para el futuro de nuestro Estado parece ser un ejercicio esencial para que tomemos conciencia de las dinámicas centrales del poder en Brasil y, eventualmente, posicionarnos consecuentemente frente a las demandas y perspectivas de cada uno de ellos.

**Palabras clave:** Brasil; Nación; Darcy Ribeiro; Brasileñidad; Filosofía del Estado.

---

### 1 Introdução<sup>1</sup>

Ao final do século XX, em 1983, um notável professor da Universidade de Cornell, Benedict Anderson, percebeu que as nações eram na verdade apenas comunidades imaginadas.<sup>2</sup> Com um pouco mais de afínco e perspicácia, talvez tivesse percebido também o que Platão e o mundo helênico do século V antes de Cristo descobriu e nos legou: o Homem, o ser humano como tal, ao se estabelecer enquanto comunidade (política e cultural) abandona a prisão do mundo natural (a chamada *physis*) e se transporta para o universo infinito da cultura (o *nomos*).<sup>3</sup> Nem mesmo as mais físicas manifestações, como a própria

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada em palestra organizada pelo Diretório Acadêmico de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, a quem agradeço na pessoa de seu presidente Luiz Othavio de Freitas. Igualmente agradeço a todos aqueles que compareceram e me questionaram, suas contribuições engrandecem esta versão que, em alguma medida, busca também respondê-los.

<sup>2</sup> Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>3</sup> O tema, central para o pensamento grego, se encontra expresso em sua totalidade nos primeiros livros (I-IV) da República, a partir do qual não se pode mais falar em vida humana “natural” exceto como uma animalidade presentificada pela cultura e pela política, ou como mitologia (como na crença edêmica que inspira o mito do “homem natural” dos contratualistas). Cf. PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira.

morte, têm sentido deslocado da cultura, como bem percebia a algumas décadas o diretor Akira Kurosawa.<sup>4</sup>

Enquanto no reino da *physis* tudo é necessidade e instinto, no universo cultural do *nomos* estabelece-se desde logo a necessária tensão entre Poder e Liberdade,<sup>5</sup> isto é, entre as coisas como as recebemos pela tradição – e os juristas melhor do que ninguém entendem o sentido desse termo, vez que seu sentido original é o de transmissão de um bem, na melhor tradição civilista – e aquilo que decidimos, enquanto comunidade, fazer delas – nossa liberdade política. Assim, claro, é imperioso que reconheçamos que não apenas as nações são comunidades imaginadas, mas todo o universo cultural humano, a verdade da nossa existência fora da natureza (ainda que permeado por ela), toda a nossa vida em comunidade, enquanto vida política, é essencialmente imaginada. Somos e vivemos no universo das ideias que se fazem presentes, que se efetivam na realidade cultural como vida humana propriamente dita (em tudo distinta da animalidade estrita).<sup>6</sup>

Descobrir que vivemos em um universo cultural, num mundo de “representações” que criamos para escapar da prisão da natureza pura e animalesca, é também abrir os caminhos para atuarmos decisivamente (e politicamente, porque a decisão subjetiva é sempre precária) nos caminhos desse universo. É o que notava Hegel em carta a seu amigo Niethammer em 1808: “Uma vez revolucionado o reino da representação, a realidade não

---

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. Também é a percepção de Hegel em sua Filosofia da História ao tratar da passagem do mundo oriental, ligado ainda à estrutura da *physis* (inconscientes do *nomos*) para o mundo grego: “é aqui que o espírito amadurece e torna-se o conteúdo de sua vontade e do seu saber.” (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora UnB, 1995, p. 189). A partir do mundo grego vivemos e temos consciência da vida no mundo do espírito, isto é, da cultura, e tudo em nós é inundado de sentidos e determinações propriamente culturais.

<sup>4</sup> Em 1990, Akira Kurosawa gravava o curiosíssimo “Sonhos”, a partir do qual discutia, em uma série de quadros curtos, temas para um Japão finalmente capaz de refletir sobre os efeitos da devastação nuclear legada pelos estadunidenses após a detonação das duas ogivas nucleares sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. O tema da morte é contrastado entre o pesadelo da morte fria e sem sentido da desolação nuclear e o sonho da morte após uma vida plena de sentido e vivência, em uma pequena vila que comemora a passagem de um dos seus anciões com uma festa expiatória (Cf. SONHOS. Direção: Akira Kurosawa. Produção: Akira Kurosawa USA. Japão/EUA: Warner Bros, 1990, DVD).

<sup>5</sup> Sobre o tema, o seminal SALGADO, Joaquim Carlos. Estado Ético e Estado poético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun., 1998.

<sup>6</sup> É esta saída da animalidade e da prisão da *physis* que mesmo o vitalismo de Ortega y Gasset não hesita em reconhecer e tomar como ponto de partida de sua antropologia filosófica, acrescentando o sentido de esforço permanente dessa ruptura: “Essas duas coisas, o poder que o homem tem de subtrair-se do mundo e o poder de ensimesmar-se, não são dadas prontas ao homem. [...] Nada que seja substantivo foi dado de presente ao homem. Ele tem de fazer tudo por si mesmo. Por isso, se o homem goza desse privilégio de libertar-se temporariamente das coisas e de poder entrar e descansar em si mesmo, é porque com seu esforço, seu trabalho e suas idéias conseguiu reagir às coisas, transformá-las e criar ao seu redor uma margem de segurança” (grifos do original em ORTEGA Y GASSET, José. *O homem e os outros*. Trad. Felipe Denardi. Campinas: Vide Editorial, 2017, p. 38).

pode continuar resistindo”.<sup>7</sup> É este o plano da cultura, do *nomos*. O espaço da representação é também o espaço da liberdade política, a partir do qual podemos nos mover com verdadeira liberdade, decidindo e modificando nossas próprias decisões, constituindo e reconstituindo nossas vidas humanas em conformidade às ideias e aos ideais que criamos e que numa democracia disputam a hegemonia perante as subjetividades.<sup>8</sup> Uma vez decididos de um novo sentido para as representações, quando as percepções se modificam e uma nova interpretação da realidade cultural se eleva à hegemonia, é a própria realidade que se dobra e começa a se alterar pela atuação do Poder.

Assim podemos notar, desde logo, a centralidade de nosso primeiro problema: para quê entender o que seja o Brasil? Se é verdade que se trata “apenas” de uma comunidade imaginada, por que disputar sua compreensão? É porque ao fazer o exercício que aqui nos propomos, estamos disputando o sentido mesmo de nossa realidade. Descobrir quem somos, redescobrir o Brasil e a brasilidade, é o primeiro passo na disputa por quem queremos ser e, assim, por quem seremos. Ou, para homenagear o agora já centenário Darcy Ribeiro, mineiro como todos nós, ciente como aqui buscamos demonstrar de que disputar nosso legado histórico é também e imediatamente disputar nossos destinos enquanto comunidade política: “Ponha o ombro no andor, companheiro, faça força você também. Se não cuidarmos desse país que é nosso, os gerentes das multi e seus servidores e sequazes civis e militares continuarão forçando o Brasil a existir para eles”.<sup>9</sup>

Mas de que Brasil falamos? A que exatamente nos referimos quando pensamos nossa brasilidade? Seguramente a disputa pelo Brasil nunca foi de pequena monta, e remete mesmo ao ingresso de nosso território na História por força das navegações ibéricas, que aportaram em nossos litorais toda a história da civilização europeia, e que aqui fizeram encontrar aquela história com uma outra, a dos povos que aqui habitavam, uma miríade de populações autóctones que viriam a interagir de muitas e diferentes formas com esse elemento novo e europeu que aqui apeava. Desde este momento, dois Brasis se constituem em disputa, e serão os objetos dos dois primeiros tópicos de nossa discussão. O primeiro é um Brasil-em-si, a brasilidade que encantou o mundo europeu e ainda encanta a brasileiros

---

<sup>7</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Carta a Niethammer de 28 de Outubro de 1808, *Correspondence de Hegel, Werke*, (Hoffmeister), XXVII, Hamburgo, Meiner, 1952, p. 253 *apud* D'HONDT, Jacques. *Hegel*. Lisboa: Edições 70, 1999).

<sup>8</sup> É este o sentido de democracia que desenvolve MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985, p. 12.

e estrangeiros por sua imediatez, poderíamos dizer de um Brasil-afeto, inteiramente devotado ao sentimento seu que pode ser facilmente percebido como sentimento do mundo.<sup>10</sup> O segundo é o Brasil-para-si, o Brasil da racionalidade instrumental, o país que serve aos seus, a República que se constitui para suas oligarquias, o Brasil para exportação, que lucra vultuosamente e faz jorrar o maná aos poucos privilegiados o bastante para extrair dele e daqui levar, ou aqui viver, com os frutos da terra usurpados aos brasileiros todos. Entre um e outro, porém, vemos emergir um terceiro Brasil, que hegelianamente diríamos suprasumir os dois primeiros, é o Brasil-em-si-e-para-si, o Brasil que reconhece o legado do embate anterior, mas que busca se livrar de suas amarras. É o Brasil grandioso que se coloca no mundo com altivez e perante os seus como um grande e inclusivo projeto de Estado-para-a-cidadania. A Nova Roma tropical, a utopia selvagem, mensagem e imagem para o mundo de uma brasilidade que carrega em si uma visão de mundo, uma mensagem para os outros povos, uma forma de vida inteiramente nossa.

## 2 O Brasil em-si

A história da *terra brasilis* não se inicia com a chegada das caravelas portuguesas ao nosso litoral, nem na vida tradicional dos povos que aqui habitavam antes de 1500. O Brasil nasce do choque entre esses dois mundos culturais distintos. Um deles ainda enraizado nas tradições e naquilo que a Filosofia chamaria de um “tempo cíclico”, um tipo de comunidade política que, conscientemente ou não, se deixa estar ao sabor do tempo, repetindo práticas historicamente assentadas como adequadas, frequentemente elevadas mesmo ao plano da representação mítico-religiosa como forma de justificação e legitimação – as comunidades autóctones do território brasileiro ao tempo do descobrimento eram diversas entre si nos mais diferentes aspectos, inclusive em seu isolamento ou contato com outras comunidades, nas técnicas que conheciam e de que faziam uso, no estilo de vida que cultivavam e perpetuavam.<sup>11</sup> Em comum, a partir de 1500, teriam o fato do contato com esse

---

<sup>10</sup> A universalidade imediata das experiências humanas mais simples e poderosas não cessam de surtir efeitos em nossas artes. É assim que as angústias e sofrimentos do Fausto ou do Werther de Goethe se percebem parte de uma humanidade, assim também o desterro do casal Chico Bento e Cordulina pela seca do Nordeste, eternizados no intestino “O quinze” de Rachel de Queiróz, ganham universalidade no sentimento de tantos homens e mulheres que se vêm obrigados pelas circunstâncias a abandonar sua terra (com sua cultura e rede de relações) por força de eventos que não podem controlar (Cf. QUEIROZ, Rachel. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2016).

<sup>11</sup> O tema, tratado por diversos autores, é complexo e tem dado espaço a debates acalorados sobre a estrutura das populações autóctones, suas organizações internas e como percebiam-se, para além de como foram percebidas pelos portugueses de então. Dentre todos, por seu valor histórico e por representante da preocupação

radicalmente “outro” europeu que aqui aportava, com sua história em tudo distinta, e trazendo consigo uma cultura nova em técnicas, estilos de vida, perspectivas de comunidade, doenças desconhecidas,<sup>12</sup> e uma religiosidade que se propunha católica, isto é, universal. Mais importante, o elemento europeu que chega ao Brasil tem uma ideia inteiramente diferente da História, partícipes que são os portugueses da escatologia católica que, diferente de boa parte das religiões mundiais, não é cíclica, mas retilínea. A História humana na terra tem princípio e fim, e ainda que a ideia tenha sido secularizada ao longo da modernidade, restará como contributo propriamente europeu ao mundo a ideia de uma História que caminha, que avança de alguma forma de um ponto ao outro, que progride, para usarmos o verbo de predileção dos positivistas clássicos, estampado na bandeira brasileira.

Duas percepções são aqui essenciais: a primeira, a de que o Brasil nasce do choque entre esses dois modos de vida, o dos povos autóctones, em sua diversidade, e o do elemento europeu moderno, especificamente do português. A segunda, consequência lógica e necessária da primeira, é a de que o Brasil nasce moderno, nunca podendo verdadeiramente experimentar os modos de vida pré-modernos senão como idealidade ou perversidade.<sup>13</sup> Supor um Brasil bucolicamente feudal, ou cujas relações de força e dominação reportem a períodos pré-modernos é ignorar nosso nascedouro. Do choque entre os elementos autóctones e o elemento colonizador português não emerge um meio-termo semi-moderno, mas uma cultura inteiramente moderna em suas contradições e questões essenciais. Seja no esforço de inserção do espaço físico brasileiro no mundo globalizado do mercantilismo extrativista, ou na luta pela conquista das novas almas a serem catequizadas para a Igreja, nossa História é inteiramente moderna. Ainda que aceitemos que seja uma modernidade peculiar, por conta inclusive das distâncias físicas mas também políticas e culturais dos grandes centros irradiadores da cultura moderna nos séculos XVI a XVIII, mas é toda

---

dos religiosos católicos com o Brasil desde o século XVI, cf. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* [1500-1627]. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

<sup>12</sup> Sobre o tema específico das doenças no período colonial, cf. GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>13</sup> O tema e o debate são recorrentes entre os brasilianistas, dividindo os que enxergam elementos propriamente feudais na estrutura brasileira dos primeiros séculos, e aqueles como nós que entendem ser todo o processo colonizador plenamente moderno, somente reportando a estruturas feudais como reminiscência de uma passagem à modernidade ainda em fazimento mesmo nos centros europeus. Assim, o Brasil nasce com os elementos típicos da modernidade, organizado a partir de um Estado soberano (ainda que com dificuldades de se fazer sentir na colônia), com uma estrutura econômica voltada ao mercado global que se organizaria a partir das grandes navegações, já atravessado pelo individualismo e pelo racionalismo modernos em suas estruturas, inclusive sua mais marcante expressão inicial, o Engenho de Açúcar.

moderna a influência que nos chega a título de progresso do gênero humano ao longo desse período e que marcará o diálogo da cultura brasileira com as culturas exteriores.

É, aliás, o olhar moderno para a cultura brasileira que primeiro caracterizará o que aqui chamamos de Brasil-em-si. Para entendê-lo, entretanto, é preciso voltarmos os olhares à Europa do princípio do século XVI, quando algumas dissidências à ortodoxia católica se afastavam da tradição da Igreja, de lidar internamente com suas disputas ideológicas, e decidem romper definitivamente com o papado nos movimentos depois denominados coletivamente “Reformas Protestantes”.<sup>14</sup> A quebra da hegemonia católica sobre a cristandade europeia ocidental engendraria uma resposta igualmente enfática por conta da Igreja, que se organizaria no longo Concílio de Trento – que convocado inicialmente em 1537, se reuniria intermitentemente de 1545 a 1563 – e no entorno do qual se organizaria, fundaria e seria reconhecida a Companhia de Jesus, principal força espiritual a aportar no Brasil e aqui fincar raízes ainda em 1549.<sup>15</sup>

Curiosamente os jesuítas viam em parcelas das populações autóctones brasileiras não os selvagens que, cativos, iriam escandalizar os europeus em exposições absurdas ocorridas até o século XX, mas uma cultura interessante e aberta à liturgia católica, cujas mitologias – adaptadas e ressignificadas dentro do universo da mística católica tradicional – coadunavam perfeitamente com os ensinamentos de Cristo. Onde levas de colonizadores enxergariam desprezível atraso cultural e social, os jesuítas viam um universo de novas possibilidades. Imbuídos do espírito catequético da contrarreforma, de necessidade de conquistar novas almas para a Igreja de Cristo e de construção de um novo espaço católico, longe das terríveis heresias em voga na Europa, tomariam para si a missão de conversão das comunidades autóctones brasileiras, de difusão do catolicismo perante o Novo Mundo, e principalmente de construção e realização da “Terra sem Males”, um mito comum entre

---

<sup>14</sup> Sobre as dissidências internas ao catolicismo romano, seu tratamento tradicional no interior da cristandade e o vigor do debate (teológico, mas também já acadêmico), a genial reconstrução literária em ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini; Homero Ereitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. Para um atualizado debate acadêmico em torno do tema, cf. SOUZA NETO, César Cardoso. *Reforma guibelina: o Concílio Vaticano II à luz da Filosofia do Estado e da Filosofia da Cultura*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, (*Tese*, Doutorado em Direito).

<sup>15</sup> Para uma leitura dos diálogos entre o pensamento católico moderno e a experiência da colonização brasileira, cf. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira* [v. I – 1550-1794]. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992. Em sentido mais propriamente cultural, as reflexões dos primeiros capítulos de BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

alguns povos originários brasileiros que seria apossado pelos jesuítas no afã de construção, no Brasil, de um Paraíso na Terra.<sup>16</sup>

Em que pese a justa crítica, embora um tanto quanto anacrônica, aos esforços jesuítas de evangelização, é plausível imaginar que tenha sido graças a esta abertura da cultura europeia contrarreformada aos encantos dos povos autóctones o que possibilitaria no Brasil a preservação de elementos das culturas originárias na vida cotidiana nacional, bem como a criação de um povo novo na Terra, o primeiro povo verdadeiramente brasileiro, segundo Darcy Ribeiro, o *brasilíndio*. Nascido do encontro, frequentemente marcado pela violência, do homem português com a mulher indígena, o rebento fruto de tal união não seria reconhecido nem como europeu pelo genitor português, nem como pertencente à cultura materna, vez que as culturas originárias brasileiras em geral não reconheciam como próprio de sua comunidade os sujeitos nascidos de pai externo à própria comunidade.<sup>17</sup>

O encanto do misticismo jesuítico perante o misticismo das culturas autóctones brasileiras é sincero e bem documentado, tendo sido inspiração de alguns dos mais notáveis feitos das primeiras décadas de existência do Brasil no mundo, como a organização de uma língua comum de uso e trato entre os diferentes povos autóctones e os catequizadores jesuítas. É que o esforço de catequese seria também, obviamente, um esforço de comunicação, e as cartas do Padre Manoel da Nóbrega já explicitavam o esforço jesuítico por aprender e compreender as línguas nativas e comunicar-se eficazmente com os povos autóctones.<sup>18</sup> Mais ainda, para garantir a comunicação plena, ao melhor do estilo europeu

---

<sup>16</sup> O tema é uma das pedras de toque da argumentação de HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 108. Dessa constatação do não-lugar do *brasilíndio* como *locus* de nascimento do povo propriamente brasileiro, não tirará Ribeiro nenhuma consequência negativa. Embora reconhecedor do genocídio indígena que também se encontra em tal origem, dirá sobre os efeitos atuais da miscigenação brasileira: “Não somos e ninguém nos toma como extensões de branquitudes, dessas que se acham a forma mais normal de se ser humano. Nós não. Temos outras pautas e outros modos tomados de mais gentes. O que, é bom lembrar, não nos faz mais pobre, mas mais ricos de humanidades, quer dizer, mais humanos. Essa nossa singularidade bizarra esteve mil vezes ameaçada, mas afortunadamente conseguiu consolidar-se. Inclusive quanto a Europa derramou multidões de imigrantes que acolhemos e até o grande número de orientais adventícios que aqui se instalaram. Todos eles, ou quase todos, foram assimilados e abasileirados.” (RIBEIRO, *O povo brasileiro*, cit., p. 73).

<sup>18</sup> “Trabalhamos de saber a língua deles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias, quando estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua e ir doutrinando-os pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor.” (NOBREGA, Manoel. *Cartas Jesuíticas: cartas do Brasil [1549-1560]*. Salvador: Edição P55, 2021, p. 110). A diferença é gritante quando comparado às experiências calvinistas, conforme nos relata Weber, por exemplo, a respeito da *China Inland Mission* e da Aliança Internacional dos Missionários, para quem “se esses pagãos deviam ser convertidos ao cristianismo e, portanto, conseguir a salvação, mesmo se eles podiam compreender a língua na qual os missionários pregavam, era uma questão de pequena importância, que podia



moderno, se fazia necessário organizar uma língua minimamente codificada, o que implicou numa homogeneização mas, simultaneamente, num incrível poder de estabilização daquela manifestação cultural brasileira. Seria José de Anchieta, um jesuíta, claro, o responsável, ainda no século XVI, por organizar a primeira gramática da língua tupi-guarani, o que possibilitaria um avanço prodigioso do esforço catequético no litoral brasileiro e um renovado interesse da Companhia de Jesus pelo Brasil.<sup>19</sup>

Para além da língua, o encanto exercido por este Brasil em-si se desenvolveria em tom verdadeiramente profético pelo misticismo do Padre Antônio Vieira, que em sua *História do Futuro*, escrita já no século XVII – mas em grande medida sob influência da cultura brasileira, onde viveu parte significativa de sua vida –, percebe na totalidade do Império português de então a verdadeira realização da profecia de Daniel, o Quinto Império a preparar o Império Eterno, do Cristo retornado.<sup>20</sup>

Se os esforços jesuítas protegeriam, em alguma medida, ainda que mediada pelo esforço catequético e não sem encontrar imensa resistência, a cultura e os valores dos povos autóctones – vale lembrar que a disputa entre jesuítas e proprietários de terra, estes pelos corpos índios para o trabalho, aqueles pela alma indígena para a salvação, terminaria com a expulsão dos jesuítas do território da Colônia em 1759 –, sorte bem menos feliz teriam as vastas hostes de africanos de variadas origens carreados ao território da colônia e, posteriormente, ao Brasil Império. Praticamente ignorados pela cultura oficial do Brasil, os elementos da cultura afro-brasileira que se formaria a partir desse vexatório passado escravagista só viria a ser reconhecida a partir dos esforços de pesquisadores como Gilberto Freyre,<sup>21</sup> também vítima do anacronismo de nossos tempos, e de intelectuais como Jorge Amado, que atuando ineditamente pelo Partido Comunista Brasileiro na Constituinte de 1946 apresentaria a emenda que garantiria formalmente a liberdade religiosa no Brasil.

---

ser deixada para Deus, que sozinho podia tomar conta de tais coisas.” (WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Mário Moraes. São Paulo: Martins Claret, 2016, p. 178-179)

<sup>19</sup> A presença de línguas derivadas dos idiomas dos povos autóctones é uma constante na vida colonial brasileira, ainda que raramente sigam a estrutura original, sendo fruto do contato entre as diferentes populações que aqui se encontraram naquele período. Sérgio Buarque de Holanda nos dá um precioso quadro da presença persistente da chamada “língua-geral”, mais comum até do que o português, entre os habitantes de São Paulo até meados do século XVIII, quando perderia lentamente a prevalência face aos esforços da coroa por impor o português como idioma corrente (HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 122 e ss.).

<sup>20</sup> VIEIRA, Padre Antônio. *História do Futuro* [v. 1]. Belém: UNAMA, sem data, p. 9.

<sup>21</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

Notavelmente, nesse sentido, entretanto, o caráter fortemente místico das culturas africanas carreadas para este lado do Atlântico pelo vexatório tráfico, ainda que encontrasse terreno cultural fértil para se expandir (afinal, místicos também eram nosso catolicismo e nossa cultura autóctone), especialmente em suas manifestações religiosas sincréticas (afro-brasileiras) teria de enfrentar a violência e a perseguição pública e privada mesmo após a abolição da escravidão, e só bem mais recentemente têm ganhado o reconhecimento da sua importância e centralidade para a formação da nossa cultura.<sup>22</sup>

A força desse Brasil em-si, místico, passional, mas também sofrido, lamurioso e constricto integraria inafastavelmente a história do Brasil, constituindo uma das faces mais visíveis de nossa cultura a emergir, por exemplo, nas lutas antirrepublicanas, místicas e messiânicas de Canudos e do Contestado,<sup>23</sup> e permanecer até os dias atuais nos esforços dos povos quilombolas, nos movimentos pela reforma agrária, na luta por moradia, dentre tantos outros. Um Brasil que sofre e que luta pela sobrevivência, e que justamente em seu sofrimento se aproxima da universalidade, sendo frequentemente a expressão mais visível de nossa cultura, retratado à exaustão para o mundo.<sup>24</sup>

### 3 O Brasil para-si

A este que chamei de Brasil em-si, da cultura brasileira emergente do contato dos misticismos católico, indígena e africano, depois apimentados por tantos outros elementos que só a cultura brasileira sabe receber e amalgamar, tornando parte de si todo elemento aparentemente alheio a ela, se coloca um outro Brasil, que aqui chamei de Brasil para-si. Este é o Brasil dos interesses, que se coloca e se esforça para os seus, mas não para quaisquer seus, pois é o Brasil das classes enricadas. É o Brasil que toma o Estado de assalto sempre

---

<sup>22</sup> Sobre o tema, cf. SIMAS, Luis Antonio. *Umbandas: uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

<sup>23</sup> “A devoção, mais talvez que outras esferas da vida em sociedade, propicia fenômenos de persistência simbólica que, em alguns momentos críticos de reação à prepotência do Estado modernizante, tomou a forma de uma obstinada re-arcaização da comunidade inteira. Foi o caso de certos movimentos ao mesmo tempo regressistas e proféticos, tradicionalistas e rebeldes, como Canudos e o Contestado, de caráter milenarista. Tudo leva a crer que, nesses cruzamentos da cultura letrada envolvente com a não letrada envolvida, a situação das áreas coloniais apresente aquele convívio de extremos: os projetos mais agressivos do capitalismo ocidental se plantam por entre modos de viver antigos e, nesta ou naquela medida, resistentes.” (BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 50-51). A luta do povo de Canudos, fortemente vinculada a uma mística católica e messiânica, e com um teor monarquista que seria ferozmente combatido pela nascente república, seria eternizada por CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

<sup>24</sup> A face do Brasil em-si é explorada à exaustão pela mídia nacional, inclusive por nosso cinema, que recorrentemente explora o tema em famosos sucessos de bilheteria de que são exemplos os recentes “Bacurau”, “Que horas ela volta?” ou “Central do Brasil”, para ficarmos apenas nos que mais recentemente ganharam projeção interna e internacional.

que pode, que compra e queima café para garantir preços e lucros, que mantém taxas de juros astronômicas em nome de um Deus que não é o mesmo dos jesuítas, o sacrossanto Mercado.<sup>25</sup>

De fato, o Brasil para-si se configura tão rápido quanto o Brasil em-si, e frequentemente em oposição a ele, embora a efetividade da vida seja repleta de casos excepcionais. É o Brasil extrativista: de pau-Brasil, de açúcar, de ouro e pedras preciosas, de café, de borracha, de minério de ferro, de soja. É o Brasil mercantil, também ele todo moderno desde o nascedouro. Como colônia, e depois como república, o Brasil para-si sempre teve os olhos voltados para sua inserção no mundo em franca globalização desde o descobrimento, cioso de sua inserção nesse mundo crescentemente economicista, com vistas aos interesses de uma pequena, porém voraz classe oligopolista.

Para o Brasil para-si, constitui, nossa cultura, mero produto de exportação. Como tudo o mais no mundo dos interesses imediatos da sociedade civil-burguesa, tudo se transforma em produto, interesses comerciais, oportunidades de venda. Universalizando seus interesses próprios como se universais fossem, os oligarcas do Brasil para-si conseguiram ao longo de nossa História e até os dias de hoje, manter presença constante na cultura política e eleitoral brasileira, em que pese terem de dividir espaço, eventualmente, com outros grupos de interesse e pressão na arena política.<sup>26</sup>

Aliás, fosse esse Brasil para-si uma mera expressão da sociedade civil-burguesa deixada a si, sem pretensões de universalizar seus interesses, e talvez sua influência na percepção de quem somos enquanto brasileiros seria negligenciável ou, pelo menos, mais sutil. Ao contrário, a voraz atuação deste Brasil mercantilista se fez ouvir como foi possível, sempre e muito, na medida do espaço político que conquistava.

Durante os primeiros séculos de colonização sua voz política se não se fazia notar com ênfase apenas quando deixados a si como senhores absolutos de seus domínios. Até o

---

<sup>25</sup> A criativa historiografia deste Brasil para-si vai bem retratada nos esforços de se demonstrar um Brasil de empreendedores que leva a cabo, por exemplo, Jorge Caldeira, para quem o Brasil em-si também seria formado por uma miríade de pequenos empreendedores, mais verdadeiros e audazes, no caminho dos quais se coloca uma casta de proprietários ligados ao Estado, que impediriam a emergência econômica desse Brasil “real”, o dos empreendedores populares. Contar a história do Brasil como a luta entre grandes empreendedores ladeados pelo Estado e pequenos empreendedores submetidos ao jugo da lei é, de fato, contar uma história inteiramente devotada ao que aqui denominamos Brasil para-si (Cf. CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999; CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009).

<sup>26</sup> A formação e perenização dos representantes, diretos ou prepostos, do Brasil para-si na política brasileira está bem discutida no clássico FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

ciclo brasileiro do ouro, onde ganharia relevo o território da província das Minas Gerais, a relação entre os potentados locais e o governo metropolitano (fosse a Coroa portuguesa ou os seus representantes encarregados locais na capital) era escassa, e segundo os relatos que conhecemos, frequentemente desigual em favor do poder local. A administração pública portuguesa não possuía forças ou motivos para enfrentar tais chefes, especialmente os poderosos senhores-de-engenho, ou mesmo seus sucessores tardios, o baronato do café. Os grandes latifundiários, em larga medida auto-suficientes em seus domínios, tinham poucas razões para se preocupar com o poder público, ou mesmo a política, exceto para prestigiar seu clã nos cargos públicos locais, reforçando sua base de poder na localidade.<sup>27</sup>

O ciclo do ouro marcaria um ponto fora da curva, mais do que uma inflexão geral da relação dos potentados locais com a administração pública da Coroa. À exceção quase exclusiva da província das Minas Gerais, a presença do poder público na vida das localidades brasileiras seguiria sendo sentida mais como virtualidade do que como presença cotidiana real. E mesmo a experiência das Alterosas não seria recebida sem contundente revolta que o Brasil para-si capitalizaria a seu favor, como nos sussurros revoltosos dos Inconfidentes.<sup>28</sup> A palavra Liberdade que Cecília Meirelles colocaria “na boca de todos” adquiriria naquele momento um sentido dúbio. Para o Brasil em-si o grito por Liberdade representava o antiabsolutismo do tempo, um clamor de existência independente e autodeterminada, livre do colonialismo português; para o Brasil para-si, significava a redução do controle da Coroa e, especialmente, da taxaço dos vultuosos lucros do extrativismo mineral, para eles, era um grito pela possibilidade de espoliar mais livremente a terra e gastar mais homens para enriquecer. Esta confusão de sentidos, aliás, nunca cessou de ser brilhantemente explorada pelos endinheirados do Brasil. Converter a revolta popular em benefício próprio se tornaria expediente frequente e eficaz das oligarquias brasileiras sempre que percebem que o clamor das ruas pode ser assim redirecionado – note-se, por outro lado, que quando este mesmo

---

<sup>27</sup> Curiosamente a denúncia do autoritarismo localista se daria frequentemente pelos autores vinculados ao autoritarismo centralista, como é o caso da tese do insolidarismo latifundiário desenvolvida por Oliveira Viana, segundo quem “nada, nenhuma necessidade decorrente da lei ou da política impelia estes ‘engenhos reais’, ou as organizações menores, à aglomeração, à associação, à convergência de esforços para fins comuns.” (OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1999, p. 133).

<sup>28</sup> O momento foi captado com primor estético por Cecília Meirelles: “Correm avisos nos ares. /Há mistério, em cada encontro. /O Visconde, em seu palácio, /a fazer ouvidos moucos. /Quem sabe o que andam planeando, /pelas Minas, os mazombos? /A palavra Liberdade /vive na boca de todos: /quem não a proclama aos gritos, /murmura-a em tímido sopro.” (MEIRELLES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. São Paulo: Global, 2013, p. 79)

clamor não é visto como oportunidade, seu enfrentamento é usualmente brutal, sendo identificado com todo tipo de indesejável manifestação possível.

Desde a independência, o Brasil para-si vem se desenvolvendo como única força política perene no cenário nacional, dividindo espaço quando a isso obrigados pela organização institucional ou por forças (armadas ou não) capazes de lhes fazer algum enfrentamento mínimo. Apoiadores da independência, e partícipes do ciclo de patriotismo imediato que a elevação do Brasil a Estado Brasileiro traria, logo se colocariam contra o ímpeto centralizador do primeiro Imperador, expulsando-o em favor de seu primogênito impúbere, supostamente domesticável aos interesses deste Brasil para exportação. No interstício estabelecido entre a expulsão de Dom Pedro I e a decretação, por urgente, da maioria de Dom Pedro II, o poder local teria em mãos próprias por vez primeira o poder político, e comprovaria – como repetidas vezes o faria – sua absoluta inaptidão para o público. Voltado apenas aos interesses particularistas e imediatos, o Brasil para-si é incapaz de governo, conseguindo, na melhor hipótese, gerir minimamente a máquina estatal para a garantia de seus interesses. Não foi a sorte do período regencial, quando veríamos eclodir revoltas e movimentos secessionistas por todo o território.<sup>29</sup>

Esta, aliás, a estranha sina deste Brasil para-si. Incapaz de manter íntegro e governar o Estado brasileiro, dele depende (de seu poder público e de sua integridade) para melhor buscar os seus interesses. Mas o desenho efetivamente capaz de refletir tal Brasil ainda precisaria de um passo a mais para se realizar. É que o período do Segundo Reinado, possivelmente o momento de maior pujança política brasileira, caminhou francamente nas décadas de 1870 e 1880 para um modelo democrático típico, de democracia parlamentar real – as últimas reformas nesse sentido no período, incluindo todo o movimento abolicionista, que incluía pautas como o voto de negros e mulheres, e o debate sobre a reconfiguração do poder moderador para garantir ao Parlamento a possibilidade de formação de governos sem a interferência do Imperador o indicam – e este modelo político democrático demonstraria

---

<sup>29</sup> Contra qualquer interpretação que queira ver nos movimentos secessionistas do período regencial algum traço democratizador, Octávio Tarquínio de Souza recolhe as impressões de época sobre a vinculação dos movimentos: “É certo que muitos dos rapazes que usavam chapéus de Taquaruçu e se apelidavam ‘farroupilhas’, pertenciam a famílias ricas e eram verdadeiros *petit-mâîtres* de bom-tom que se penteavam à francesa e se vestiam à inglesa, como dizia o jornalista da *Aurora Fluminense*, acentuando o contraste burlesco entre os chapéus plebeus e os ‘sapatinhos lustrosos, a calça fina e o casaco de pano de 12\$000 o côvado’.” (SOUZA, Octávio Tarquínio. *Fatos e personagens em torno de um regime*: história dos fundadores do Império do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988).

então ser o maior perigo efetivo aos interesses oligárquicos.<sup>30</sup> A democracia precisava, como segue precisando, ser impedida a todo custo, somente sendo tolerável o modelo presidencialista de esvaziamento parlamentar. Desde a Proclamação da República, o Brasil para-si segue sendo o maior inimigo da democracia plena no Brasil.<sup>31</sup>

Assim, incapaz de recorrer à legitimação democrática, que repudia, mas igualmente incapaz de governar o Estado somente com interesses privados, o Brasil para-si tolera, sempre que percebe o risco de si mesmo para a integridade brasileira, se aliar a toda aventura autoritária e centralizadora que, ainda que reduza uma parcela de seu poderio local, nunca deixou de dar atenção às suas demandas particularistas. É nesse sentido que o centralismo de Floriano convive com o Brasil federalizado de 15 de Novembro, ou que a ditadura de Vargas mantém a participação do Estado brasileiro na manutenção dos interesses (e dos preços internacionais) do café, mesmo se necessário proceder à queima literal de estoques.<sup>32</sup>

O Brasil para-si buscou sempre esconder a realidade do Brasil em-si, no que foi com muita frequência bastante eficaz. Enquanto mantido somente assim, em-si, místico e passional, mas contrito e intimidado, o Brasil se torna refém mesmo do Brasil para-si, que apenas o explora quando de seu interesse, nos sentidos mais diversos. Explora assim o trabalho e o conhecimento da terra dos povos autóctones, enquanto pode, para abandoná-lo à própria sorte ou contra ele abertamente lutar quando seus interesses se chocam; explora igualmente o trabalho do africano escravizado, para largá-lo à própria sorte na nascente República, frustrando todos os planos abolicionistas de inserção dos negros na sociedade brasileira; explora também o trabalhador imigrante, mas até contra esse se volta quando se organiza em movimentos comunistas ou anarquistas nos crescentes centros urbanos brasileiros. Persegue a tudo e a todos que possam competir ou frustrar seus planos imediatos de ganhos certos, e jamais se furtou a recorrer à força das armas, próprias ou oficiais para fazer valer seus desígnios de potentados brasileiros dignificados pela posse de bens.

---

<sup>30</sup> Sobre as reformas liberais tendentes ao parlamentarismo típico no Brasil, v. LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, urgência e contrafactualidade: a queda do Império reconsiderada. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-21, mai./ago., 2018.

<sup>31</sup> Sobre o tema, cf. HENRIQUES, Hugo Rezende; AMORIM, Stephane Bragança. O ódio ao parlamento: organização do Estado na alvorada da República brasileira. In: SALGADO, Karine; et. al. [orgs.]. *Virtudes da República*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.

<sup>32</sup> Contra uma interpretação que localiza o autoritarismo centralista de Vargas como oposição ao poder dos oligarcas do café se insurge a brilhante interpretação de Boris Fausto, a quem rendemos homenagem enlutados por seu passamento no presente ano de 2023. Segundo o autor: “A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local.” (FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e História*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 110)

Ainda assim, jamais conseguiu verdadeiramente vencer o Brasil em-si, que cresce sorrateiro pelas brechas da cultura que também é do Brasil para-si. Nesse sentido, se encontram os dois Brasis nas folias – de carnaval, de reis, de São João, do boi, ... –<sup>33</sup> e justamente nelas, com elas e a partir delas, assistimos ao florescimento de um Brasil em-si-para-si, que é a consciência que toma uma elite intelectual e artística (por vezes inclusive política, embora nossas culturas política e eleitoral desde o advento da República não o favoreçam) da verdade dos Brasis todos como o Brasil mesmo, passando a defender o Brasil em-si da espoliação perpetrada pelo Brasil para-si, mas não para deixa-lo estar, pois busca elevá-lo, a traçando rumos novos para o Estado e para a nação brasileira. Não contra o Brasil para-si, que sequer é desejável que deixe de existir vez que expressa o Brasil na realidade também econômica do mundo, mas colocando este Brasil para-si a serviço justamente do Brasil em-si. É a lenta, mas certa, emergência de um Brasil em-si-para-si.

#### 4 O Brasil em-si-para-si

Aos dois Brasis anteriores, vem buscar suprasumir um terceiro, auto-consciente de nossas heranças históricas e compromissados com destinos mais grandiosos e muito mais democráticos para o povo brasileiro. Que não se diga que o Brasil para-si não possui um sentido de Destino, apenas que este é sempre imediato, compromissado com os interesses e ganhos sob os olhos, e frequentemente disposto a “gastar gente” para alcançar seus objetivos. É contra essa perspectiva imediatista que se coloca a nossa verdadeira *intelligentsia*, cheia ela própria de disputas internas, como só pode ser. Em comum a consciência da grandeza e pujança do Brasil, da riqueza de nossa cultura em-si, da necessidade de elevá-la e espaiá-la, da certeza do papel brasileiro em qualquer ordem mundial, enquanto Megaestado,<sup>34</sup> com

---

<sup>33</sup> Não poucos autores na história da filosofia desenvolveram a perspectiva da importância da festa na cultura de um povo, como manifestação da conexão de tradição e consciência, que não ignora, mas não se deixa reduzir ao econômico. Não por acaso é de uma festa (dionisiacas) que o Sócrates da República está retornando ao pensar a organização ideal da *polis*. Assim também dirá Nietzsche: “Que importa toda a arte de nossas obras de arte, se chegamos a perder a arte superior que é a arte das festas? Antigamente as obras de arte eram expostas na grande avenida de festas da humanidade para lembrança e comemoração de momentos felizes e elevados.” (NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, aforismo 89, p. 117). Com ainda mais precisão, e particular interesse para nossa posição, nos dirá Gadamer: “Se a arte, de fato, tem algo a ver com festa, então isso quer dizer que ela tem que ultrapassar o limite dessa definição [...] e com isso também os limites do privilégio cultural, do mesmo modo como deve ficar imune às estruturas comerciais de nossa vida social.” (GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Trad. Celeste Aínda Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 75).

<sup>34</sup> Uma perspectiva soberanista e ativa para o Brasil, à qual tomamos de empréstimo o termo Megaestado, compreendido como Megaestado em face da conjugação de três fatores, humano (população numerosa), econômico (PIB elevado), e geográfico (extensão continental), no que coincide com apenas outros quatro Estados no mundo (China, Estados Unidos da América, Índia e Rússia), além da União Europeia, se tomada

população, economia e território suficientes para não ser possível nos ignorar. Gostaria imensamente de constatar que este Brasil tem em comum também o compromisso com a democracia, mas nem sempre esta é uma verdade. A influência do positivismo cientificista no final do século XIX e o dilúvio moral do século XX seguem fazendo emergir, de tempos em tempos, anjos exterminadores, sujeitos com tamanha certeza-de-si que são capazes de qualquer esforço (e atrocidade) para efetivar sua visão de Destino para o Brasil, a despeito de qualquer debate, qualquer diálogo, qualquer mediação. Ganha força na tradição caudilhesca e populista latino-americana, mas também ela pode, e já o provamos na história do Brasil, ser vencida pelo compromisso com a democracia.

Significativamente, o Brasil em-si-para-si emerge simultaneamente nas artes, na política e no mundo acadêmico. Suas raízes remontam ao esforço estatal de construção e valorização do Brasil, empreendido inicialmente e simultaneamente na Academia Imperial de Belas Artes (criada 1816), no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838), nas duas Faculdades de Direito (a do largo de São Francisco, depois integrada à Universidade de São Paulo, e a de Olinda, hoje integrada à Universidade Federal de Pernambuco, ambas criadas em 1827), e no Parlamento Imperial, celeiro de estadistas celebrados até mesmo após o Golpe Republicano como exemplos de políticos.<sup>35</sup> É por meio desta elite artística, política e acadêmica que o povo brasileiro ia ganhando forma consciente, e as liberdades políticas iam se desenhando ao longo do período imperial. É bem verdade que de maneira muito mais lenta do que gostariam uns e outros, já que a velocidade das mudanças (mas que mudanças?) ganhava sentido de urgência nos discursos das minorias republicanas e positivistas contra o Parlamento Imperial.

Tal situação foi bem compreendida, e nosso triste destino vaticinado por Joaquim Nabuco em um de seus famosos, e agora podemos reconhecer, proféticos discursos parlamentares: “ainda não temos povo, e as oligarquias republicanas, em toda América, têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo”.<sup>36</sup> O povo

---

em seu conjunto, foi desenvolvida por CABRAL, Severino. *Brasil Megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

<sup>35</sup> O tema permeia a obra de Christian Edward Cyril Lynch, mas é significativamente expresso no título do capítulo de sua obra sobre o pensamento político brasileiro dedicado a Joaquim Nabuco: “O Império é que era República”. De fato, a República se impõe contra a população brasileira monarquista, que foi às ruas e foi duramente reprimida em suas reivindicações pelo regresso do Imperador, e os representantes políticos do período republicano jamais conseguiram conquistar os corações e as mentes dos eleitores brasileiros, deixando um permanente saudosismo dos tempos em que no Brasil se fez Política digna do nome (Cf. LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro [1822-1930]*. São Paulo: Alameda, 2014, em especial a Parte III, dedicada às desilusões republicanas).

<sup>36</sup> NABUCO, Joaquim. *Discursos Parlamentares*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949, p. 373.



brasileiro, consciente de si, e portanto consagração dos esforços de um Brasil em-si-para-si teria de aguardar mais de meio século, a se excluir os breves e reticentes esforços do começo da década de 1930, para ensaiar seus primeiros passos na cena política brasileira. Somente com a derrota da Ditadura do Estado Novo ensaiaríamos a construção efetiva de um Estado Social de Direito no Brasil que se colocasse como um primeiro espaço de realização da cidadania política brasileira.<sup>37</sup>

Mas o Brasil em-si-para-si não dependeu nem aguardou o espaço político democrático para crescer e se consolidar. Delineou-se academicamente desde os esforços de “leitura” do Brasil empreendidos na década de 1930; também manifestou-se artisticamente pela consciência de nossa cultura antropofágica reivindicada pelos modernismos brasileiros, que se consolidaram a partir das primeiras décadas do século XX em diferentes regiões brasileiras e com diferentes peculiaridades regionais, signo da potência de nossa cultura em ser uma e múltiplas simultaneamente.<sup>38</sup> Seguiria viva na mais eloquente e popular das manifestações do Brasil consciente de si mesmo ao longo do tempo, nas festas. Não é sem razão que em seu esforço historiográfico Darcy tenha coligido, a cada ano, a marchinha carnavalesca prevalente entre o povo nas ruas.<sup>39</sup> O Brasil em-si-para-si é um Brasil de festa, é um Brasil feliz, pleno de energia, é um Brasil erótico e subversivo, como clamava em 1934 o mineiro que se lançava à capital, Carlos Drummond de Andrade:

Oh! Sejam pornográficos  
(docemente pornográficos).  
Por que seremos mais castos  
Que o nosso avô português?

Oh! Sejam navegantes,  
bandeirantes e guerreiros  
sejam tudo que quiserem  
sobretudo pornográficos.

A tarde pode ser triste  
e as mulheres podem doer  
como dói um soco no olho  
(pornográficos, pornográficos).

---

<sup>37</sup> Sobre o Estado Social de Direito, e a diferença significativa deste para as demais experiências de Estados Sociais que se desenvolveram no século XX, frequentemente de matiz autoritário, cf. HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011, em especial o capítulo III – O Estado Social.

<sup>38</sup> Ruy Castro vem reivindicando (e suscitando a ira de São Paulo) para a então capital, o Rio de Janeiro, um modernismo anterior ao paulista, que teria se desenvolvido em princípios dos anos 1920. A aproximação, física ou espiritual, entre as vanguardas artísticas brasileiras e o que de mais “moderno” se buscava nas manifestações artísticas é bem documentado, e a despeito de quem queira reivindicar a maior originalidade, fato é que o modernismo ganharia contornos específicos em cada região brasileira, se espraiando nesse movimento e penetrando a cultura nacional, já antropofágica muito antes de qualquer modernismo, como demonstram os nossos romantismos, tão românticos e tão brasileiros. Cf. CASTRO, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>39</sup> Cf. RIBEIRO, *Aos trancos e barrancos*, cit.

Teus amigos estão sorrindo  
de tua última resolução.  
Pensavam que o suicídio  
Fosse a última resolução.  
Não compreendem, coitados  
que o melhor é ser pornográfico.

Propõe isso a teu vizinho,  
Ao condutor do teu bonde,  
a todas as criaturas  
que são inúteis e existem,  
propõe ao homem de óculos  
e à mulher da trouxa de roupa.  
Dize a todos: Meus irmãos,  
Não quereis ser pornográficos?<sup>40</sup>

A perspectiva de um Brasil em-si-para-si nunca dissociou as manifestações populares e as manifestações da assim chamada “alta cultura”, ou as artes plásticas de cunho cuidadosamente academicista e as manifestações de arte dita *naif*. O cancionário popular é tão rico quanto a requintada bossa nova, o cordel tão valoroso quanto a poesia de vanguarda. Ainda quando não compartilhem anseios estéticos comuns, se irmanam na brasilidade de todas elas. Mas não há, seguramente, nenhum espaço em que o Brasil em-si-para-si goste tanto de refletir sobre si mesmo quanto na festa das festas, o Carnaval. Não sem motivo seria o governo do bravo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, com o apoio de Darcy Ribeiro e o projeto do comunista Niemeyer, recém retornado de seu exílio em Paris, que construiriam o Sambódromo da Marquês de Sapucaí (hoje oficialmente denominado Passarela Professor Darcy Ribeiro). O carnaval brasileiro, em suas manifestações de rua ou nos desfiles de escola, são momentos de reconexão de nosso povo consigo mesmo, na alegria da consciência do ser e do fazer brasileiros. Um viver que ganha plenitude na alegria de viver e na abertura ao novo. Afinal, não é coincidência que os temas que ganham a avenida, nas marchinhas populares, nas fantasias de rua, ou nos sambódromos do país, seja sempre nosso Brasil, nossa brasilidade, nossas heranças, nossos destinos (a vencedora do carnaval carioca de 2023 se debruçava, veja-se, sobre o tema do Cangaço e seu herói Lampião). O Brasil festeja o Carnaval, o Carnaval reflete o Brasil.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> DRUMMOND DE ANDRADE. Em face dos últimos acontecimentos. In: DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Brejo das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 28.

<sup>41</sup> Outros contributos ao Brasil em-si-para-si, como a riqueza tropicalista, estão discutidos em BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza; HENRIQUES, Hugo Rezende. As três caravelas ou de Peri, pelo Abapuru, aos mais doces bárbaros: contribuições para uma história da cultura brasileira. *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 01-17, 2019.

Nem mesmo o Brasil para-si resiste aos encantos da brasilidade que se projeta no mundo. Senão no carnaval, em uma miríade de outras manifestações artísticas, políticas ou intelectuais, o Brasil ganha o mundo a despeito da resistência do Brasil para-si, que segue firme e vivo, buscando domesticar a potência de nossa nação, reduzi-la a interesses comerciais, transformá-la em produto de exportação insípido. Mas a brasilidade floresce onde se coloca, em todos os campos e áreas, e ganha o mundo por sua singularidade.

### **5 Considerações finais**

Nosso percurso nos traz de volta ao nosso esforço inicial, e nos permite perceber que tomar consciência daquilo que somos, de nossas heranças históricas, na multiplicidade de Brasis (e tantos autores já se debruçaram a esmiuçá-lo em diferentes interpretações) e na unidade da brasilidade, implica também e imediatamente nos perguntar sobre o “Brasil para quem?”, isto é, de que projetos de Destino projetamos para nossa nação e para nosso Estado. Perceber, como buscamos aqui demonstrar, a existência de diferentes projetos, com diferentes propostas de caminho não é, desde logo, decidirmo-nos politicamente por um deles. A disputa segue posta e os contendores seguem firmes em suas argumentações sobre os melhores futuros.

Os defensores do Brasil em-si seguem imaginando um mundo bucólico para que os povos brasileiros sigam seus caminhos distintos, cada qual em si mesmo, cada um por si mesmo, na abstração de suas existências “originárias”, “puras”, “verdadeiras”.

Talvez mais sonoros sejam as sempre cuidadosas hostes do Brasil para-si, ciosas da defesa de seus interesses imediatos, sejam eles da terra, da produção industrial, ou do cassino financeirista.<sup>42</sup> Seu mundo imaginário é o de um Brasil dócil a seus anseios, respeitoso de suas eternas hierarquias soldadas a ferro nos grilhões da pobreza e da dependência.

Por fim, os eternos arautos do Brasil em-si-para-si, por mais que pareçam sempre gritar aos astros, seguem firmes na sua convicção de que o Brasil pode, porque já é em essência, ser a frondosa e altiva comunidade que imaginamos para nós mesmos, aquilo que Darcy chamou de “uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais

---

<sup>42</sup> A presença do Brasil para-si é genialmente satirizada no título do livro de BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra”.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> RIBEIRO, *O povo brasileiro, cit.*, p. 449.

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza; HENRIQUES, Hugo Rezende. As três caravelas ou de Peri, pelo Abapuru, aos mais doces bárbaros: contribuições para uma história da cultura brasileira. *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 01-17, 2019.
- BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CABRAL, Severino. *Brasil Megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.
- CASTRO, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- D'HONDT, Jacques. *Hegel*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- DRUMMOND DE ANDRADE. Em face dos últimos acontecimentos. In: DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Brejo das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini; Homero Ereitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e História*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Trad. Celeste Aínda Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora UnB, 1995.
- HENRIQUES, Hugo Rezende; AMORIM, Stephane Bragança. O ódio ao parlamento: organização do Estado na alvorada da República brasileira. In: SALGADO, Karine; et. al. [orgs.]. *Virtudes da República*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro [1822-1930]*. São Paulo: Alameda, 2014.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, urgência e contrafactualidade: a queda do Império reconsiderada. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-21, mai./ago., 2018.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira [v. I – 1550-1794]*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.
- MEIRELLES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. São Paulo: Global, 2013.

- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- NABUCO, Joaquim. *Discursos Parlamentares*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOBREGA, Manoel. *Cartas Jesuíticas: cartas do Brasil [1549-1560]*. Salvador: Edição P55, 2021.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1999.
- ORTEGA Y GASSET, José. *O homem e os outros*. Trad. Felipe Denardi. Campinas: Vide Editorial, 2017.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- QUEIROZ, Rachel. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- SALGADO, Joaquim Carlos. Estado Ético e Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun., 1998.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil [1500-1627]*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.
- SIMAS, Luis Antonio. *Umbandas: uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- SONHOS. Direção: Akira Kurosawa. Produção: Akira Kurosawa USA. Japão/EUA: Warner Bros, 1990, DVD.
- SOUZA NETO, César Carodso. *Reforma guibelina: o Concílio Vaticano II à luz da Filosofia do Estado e da Filosofia da Cultura*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, (Tese, Doutorado em Direito).
- SOUZA, Octávio Tarquínio. *Fatos e personagens em torno de um regime: história dos fundadores do Império do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- VIEIRA, Padre Antônio. *História do Futuro* [v. 1]. Belém: UNAMA, sem data.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Mário Moraes. São Paulo: Martins Claret, 2016.

**Como citar este artigo:** HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)?: *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 1–23, 2023.

*Recebido em 02.05.2023*

*Publicado em 23.06.2023*



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional